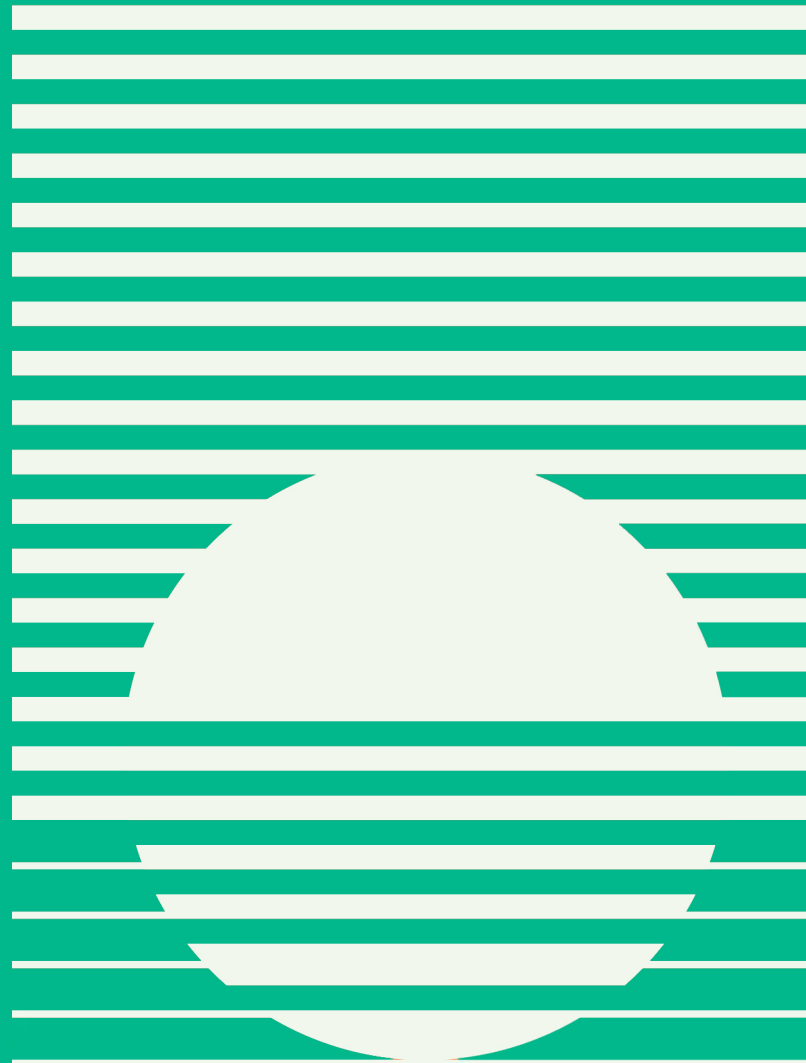


# CONJUNTURA



LATITUDE  
SUL



04  
2026

# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).

## Corpo Editorial

**Editor Executivo:** Guilherme Fritz.

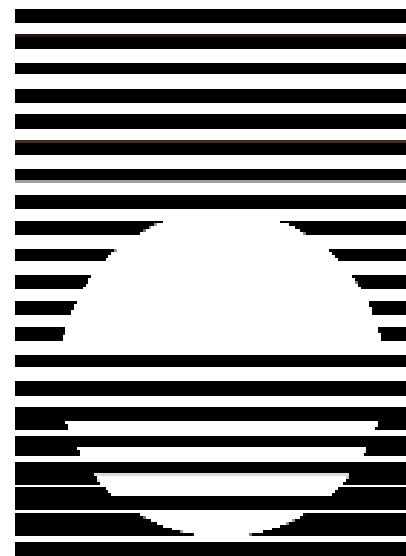
**Conselho Editorial:** Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

**Editoria de Redação:** Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**OPSA**

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)



## SUMÁRIO

### **Página 04**

Lula visita Europa enquanto tensões entre Brasil e EUA continuam

Presidente Lula assina decreto, e acordo Mercosul-União Europeia entrará em vigor em maio

### **Página 05**

Milêi restringe acesso de jornalistas à sede do Executivo na Argentina

Congresso argentino aprova a flexibilização da Lei de Proteção às Geleiras

### **Página 06**

Governos da Colômbia e do Equador retomam guerra tarifária em meio a atritos

Colômbia defende PIX de ataques dos EUA e sedia a Primeira Conferência Internacional sobre Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis

### **Página 07**

Equador avança proposta de plebiscito para alterar nomeações de órgãos de controle

Parcerias com os Estados Unidos e retomada de relações com Israel marcam mudanças na política externa da Bolívia

### **Página 08**

Delcy Rodríguez completa três meses na presidência da Venezuela

Crise eleitoral assola o Peru em meio à disputa pelo segundo turno das eleições

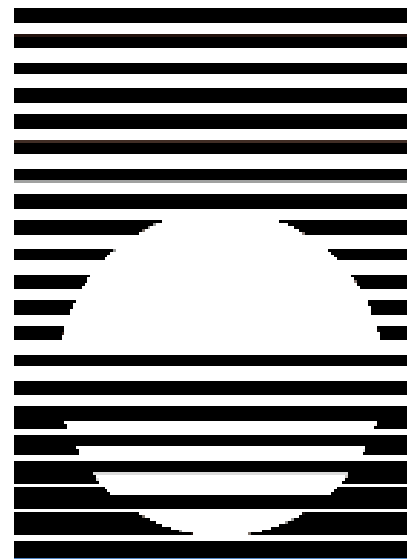
### **Página 09**

Embaixadora dos Estados Unidos na Guiana afirma que renegociar contratos com a ExxonMobil seria "má ideia"

### **Página 10**

Líderes sul-americanos comparecem ao Fórum de Defesa da Democracia, em Barcelona

Candidaturas sul-americanas ganham destaque na disputa pela Secretaria-Geral da ONU



## Lula visita Europa enquanto tensões entre Brasil e EUA continuam

Em abril de 2026, a política externa brasileira foi marcada por uma agenda ativa de cooperação com a União Europeia e episódios de tensão com os EUA. Em 17 de abril, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, viajou a Barcelona para encontrar-se com o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, na 1ª Cúpula Brasil–Espanha. O encontro marcou o empenho de ampliar a parceria bilateral em diversos temas e resultou na assinatura de um acordo de cooperação em minerais críticos, entre outros documentos. No dia seguinte, Lula e Sánchez participaram da IV Reunião de Alto Nível do Fórum Democracia Sempre, reforçando uma articulação internacional de governos progressistas em defesa do multilateralismo e contra o extremismo. Na sequência, Lula seguiu para a Alemanha, onde participou, no dia 20 de abril, da Feira Industrial de Hannover, ao lado do chanceler alemão Friedrich Merz. O presidente brasileiro voltou a defender o multilateralismo no sistema internacional, criticou tendências de unilateralismo e reiterou o interesse em parcerias com europeus na exploração de terras raras. O giro europeu de Lula foi concluído em 21 de abril, em Portugal, onde teve reuniões com o primeiro-ministro Luís Montenegro e o presidente António José Seguro. A visita reforçou a importância da cooperação econômica entre os dois países e do diálogo sobre imigração e xenofobia na Europa. Enquanto isso, as relações do Brasil com os Estados Unidos enfrentaram atritos. No dia 2, um relatório anual da Casa Branca sobre comércio externo publicou críticas ao sistema PIX, alegando suposta desvantagem para empresas estadunidenses de cartões de crédito. Além disso, a tensão aumentou com medidas recíprocas de expulsão de autoridades policiais dos dois países. Em 22 de abril, os EUA expulsaram o delegado da Polícia Federal Marcelo Ivo de Carvalho, que trabalhava em Miami como ponto de contato com o Serviço de Imigração dos EUA, alegando que ele havia excedido suas prerrogativas e atuado politicamente ao prender Alexandre Ramagem, ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) do governo Bolsonaro e procurado pela Justiça brasileira após ter sua prisão decretada pelo Supremo Tribunal Federal no processo sobre a tentativa de golpe de 8 de Janeiro de 2023. O Brasil adotou uma postura de reciprocidade e retirou as credenciais de um agente do serviço de

imigração dos EUA que trabalhava em Brasília.

**Fontes:** [G1](#), 02/04/2026; [UOL](#), 17/04/2026; [Folha de S. Paulo](#), 17/04/2026; [Brasil](#), 17/04/2026; [UOL](#), 21/04/2026; [G1](#), 21/04/2026; [Carta Capital](#), 22/04/2026.

## Presidente Lula assina decreto, e acordo Mercosul-União Europeia entrará em vigor em maio

No dia 28 de abril, em cerimônia realizada em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto Nº 12.953/2026, que determina a aplicação imediata do Acordo Mercosul-União Europeia, concluindo definitivamente o processo pelo lado brasileiro. Participaram do evento o Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Marcos Elias Rosa, e as secretárias de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, e da Economia Verde, Julia Cruz, além da representante da Câmara de Comércio Exterior, Juliana Volpi. Com o marco legislativo, o acordo entrará em vigor no dia 1º de maio. O governo brasileiro confirmou que o texto do acordo prevê medidas de salvaguarda para preservar a indústria nacional e o agronegócio, além de favorecer setores estratégicos e reduzir custos para a importação de tecnologias e maquinários. Na mesma oportunidade, o governo anunciou que encaminhará os acordos comerciais do Mercosul com Singapura e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) para o Congresso Nacional. Agora, o tratado precisa avançar internamente nos demais países do Mercosul e da União Europeia. Na Argentina, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca regulamentou as condições de acesso das empresas aos benefícios tarifários previstos no acordo. As regras são destinadas aos produtores de carne bovina, carne aviária e carne de porco, grãos, etanol, produtos lácteos, dentre outros. No Uruguai, o Ministro de Economia e Finanças, Gabriel Oddone, destacou que é muito provável que os países do bloco sul-americano não cheguem a um acordo formal sobre as tarifas que serão adotadas por cada país frente aos tipos de produtos que serão exportados pela Europa. Deste modo, cada membro estabelecerá suas próprias regras de acesso.

**Fontes:** [UOL Notícias](#), 28/4/2026; [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços](#), 28/4/2026; [O Globo](#), 28/4/2026; [Infobae](#), 30/4/2026; [Prensa Latina](#), 30/4/2026; [Poder 360](#), 29/4/2026.

## Milei restringe acesso de jornalistas à sede do Executivo na Argentina

Durante o mês de abril, a relação conflituosa do presidente argentino, Javier Milei, com a imprensa se agravou. No dia 23, o governo decidiu bloquear o acesso de jornalistas credenciados à Casa Rosada, sede do Executivo, devido a supostos esquemas de espionagem ilegal e de disseminação de desinformação por parte dos jornalistas. O primeiro caso começou a ganhar repercussão no dia 4 de abril, quando jornais estrangeiros revelaram que o serviço de inteligência da Rússia, em parceria com jornalistas argentinos, teria criado um esquema para publicar centenas de textos na mídia cujo conteúdo afetaria negativamente a imagem do governo. Em seguida, o jornal *La Nación* publicou o nome dos veículos de comunicação e dos jornalistas envolvidos, que tiveram suas credenciais de trabalho para entrar na Casa Rosada suspensas. Milei classificou a ação russa como uma forma de “guerra híbrida” que visa a conter o alinhamento internacional da Argentina aos Estados Unidos, a Israel e à Ucrânia. A Embaixada da Rússia, contudo, nega as acusações. A segunda acusação de espionagem envolvendo jornalistas argentinos ocorreu no dia 23, após a divulgação de imagens de dentro da sede presidencial sem autorização oficial. Como resposta, o governo suspendeu imediatamente o acesso de todos os jornalistas credenciados, afirmando que era uma medida temporária e preventiva. A reação foi forte por parte de associações de imprensa e de opositores, que argumentaram que o episódio foi usado como pretexto para restringir o trabalho jornalístico e limitar o acesso à informação pública, em um momento no qual o presidente Milei atinge seu nível mais baixo de popularidade: 62% dos argentinos avaliam o seu governo como ruim ou péssimo. Diante da pressão interna, o governo anunciou, no 1º de maio, a retomada do acesso de jornalistas à Casa Rosada, após mais de uma semana de restrições.

**Fontes:** [AP News](#), 27/04/2026; [Giro Latino](#), 25/04/2026; [Mercopress](#), 04/04/2026; [Página 12](#), 25/04/2026.

## Congresso argentino aprova a flexibilização da Lei de Proteção às Geleiras

No dia 9 de abril, o governo de Javier Milei conseguiu o apoio do Congresso para aprovar uma lei que flexibiliza as regras de proteção às geleiras na Argentina, o que dá margem para a expansão da fronteira extrativista naquelas áreas. Segundo especialistas e ativistas ambientais, tal medida pode resultar no desequilíbrio do ecossistema local, que funciona como um reservatório estratégico de água doce, especialmente para as regiões áridas dos Andes. Desde 2010, quando foi aprovada a Lei de Proteção das Geleiras, com o apoio do governo de Cristina Kirchner, havia normas rígidas para o exercício de atividades mineradoras nessas áreas e que eram tidas como referências para outros países no mundo. Com a flexibilização aprovada, os governos provinciais terão maior autonomia para definir as regras de extração mineral, já que não terão que se adequar às regras ambientais estabelecidas nacionalmente. O governo e a sua base parlamentar argumentam que a medida atrairá investimentos internacionais, o que poderá aliviar a escassez de dólares e alavancar a economia doméstica. Vale registrar também que, duas semanas após a aprovação da legislação, mais precisamente no dia 23 de abril, Milei se encontrou com Peter Thiel, um magnata estadunidense que é dono da empresa de dados Palantir Technologies. Para além da proximidade ideológica entre os dois, tendo em vista que Thiel é apoiador de Donald Trump e um dos principais ícones da extrema-direita dos Estados Unidos, especula-se que Milei e Thiel tenham debatido a assinatura de acordos comerciais para que a empresa do magnata tenha acesso a minerais críticos em território argentino. Também se especula a possibilidade de terem sido discutidas estratégias comunicacionais para melhorar a popularidade de Milei, pois a Palantir oferece a diferentes governos tecnologias de vigilância e controle informacional, além de prover ferramentas de acesso a dados que auxiliam autoridades no processo de tomada de decisões. A última pesquisa sobre a aprovação do governo mostra que apenas 32% da população argentina considera o governo como bom ou excelente.

**Fontes:** [BBB](#), 09/04/2026; [Buenos Aires Herald](#), 23/04/2026; [Clarín](#), 23/04/2026; [The Guardian](#), 10/04/2026.

## Governos da Colômbia e do Equador retomam guerra tarifária em meio a atritos

Em 8 de abril de 2026, o governo do Equador convocou, para a consulta, o seu embaixador em Bogotá, Arturo Félix Wong, após declarações do presidente da Colômbia, Gustavo Petro. A liderança colombiana havia afirmado, em 5 de abril, que o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas — condenado por corrupção — seria um “preso político”. Em resposta, a chanceler equatoriana, Gabriela Sommerfeld, declarou que a medida expressa um “protesto enérgico” do Equador contra a ingerência de Petro em assuntos internos e informou a suspensão das mesas técnicas de diálogo previstas para tratar da guerra comercial. Iniciada em fevereiro de 2026, quando ambos os países impuseram tarifas de importação de 30% a produtos oriundos do outro, a disputa foi retomada em 9 de abril, quando o Equador anunciou a elevação de 50% para 100% na taxa de segurança aplicada às importações provenientes da Colômbia. Tal medida entrará em vigor a partir de 1º de maio, conforme comunicado do Ministério da Produção do Equador. Já no dia 10 de abril, o governo colombiano reagiu elevando para 100%, de forma recíproca, as tarifas sobre produtos importados do Equador. A resposta do governo Petro foi anunciada pelo Ministério de Comércio, Indústria e Turismo, o qual afirmou que “todos os esforços diplomáticos foram esgotados”. Além disso, em 19 de abril, Petro anunciou que apresentaria uma ação penal por calúnia contra Daniel Noboa, após o equatoriano afirmar, em entrevista publicada no dia 18 de abril, que seu homólogo colombiano teria vínculos indiretos com o narcotraficante do Equador, José Adolfo Macías Villamar, conhecido como “Fito”. Petro respondeu, por meio de uma publicação nas redes sociais, negando qualquer relação e reforçou que, durante sua visita ao Equador, para a posse de Noboa em maio de 2025, o próprio governo equatoriano ordenou escolta militar para acompanhá-lo. Noboa, por sua vez, declarou que membros do partido equatoriano Revolución Ciudadana — com quem Petro teria se reunido — possuíam vínculos com Fito, ainda que não tenha apresentado nenhuma prova de qualquer relação direta entre o grupo político e o narcotraficante. Já no dia 29 de abril de 2026, o presidente do Equador, Daniel Noboa, acusou publicamente Gustavo Petro de promover uma “incursão” de guerrilheiros colombianos pela fronteira norte, afirmando ter

recebido informações de “várias fontes”. Petro negou a acusação no mesmo dia, convidando Noboa a ir à fronteira para “construir a paz”, afirmando que o equatoriano estava acreditando em “mentiras”. Em paralelo, Petro denunciou uma possível intervenção do governo do Equador nas eleições presidenciais colombianas, marcadas para 31 de maio. Além disso, sugeriu que explosivos usados em um atentado na Colômbia, no dia 25 de abril, que deixou 21 mortos, poderiam ter vindo do Equador.

**Fontes:** [Deutsche Welle](#), 08/04/2026; [Primícias](#), 09/04/2026; [El Tiempo](#), 10/04/2026; [Deutsche Welle](#), 11/04/2026; [CNN Español](#), 19/04/2026; [France 24](#), 20/04/2026; [Deutsche Welle](#), 30/04/2026.

## Colômbia defende PIX de ataques dos EUA e sedia a Primeira Conferência Internacional sobre Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis

No dia primeiro de abril, o governo dos EUA divulgou um relatório que declarava o PIX um “sistema prejudicial às gigantes de cartão de crédito”. Além da reação do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva – que afirmou que o Brasil não pretende recuar no uso do sistema - seu homólogo colombiano, Gustavo Petro defendeu a tecnologia de pagamento. Por meio de suas redes sociais, o presidente da Colômbia afirmou que o PIX constitui uma alternativa mais eficiente, solicitou a expansão a seu país e criticou os mecanismos de controle financeiro, utilizados pelos EUA. Centralizando a lista estadunidense de sanções do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Office of Foreign Assets Control – OFAC), Petro apontou para a ineficiência de tal ferramenta, ao afirmar que grandes lideranças do tráfico internacional conseguem encontrar brechas e “viver com luxo fora de seus países”. Apesar da declaração, o Banco Central brasileiro não confirmou um projeto de expansão do PIX para a Colômbia, apenas que trabalham na expansão da ferramenta, podendo integrá-lo a outros países no futuro. Já em 29 de abril, o governo colombiano sediou a Primeira Conferência Internacional sobre Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis. Realizada na cidade de Santa Marta e com organização – apontada como minoritária – da Holanda, o evento contou com a presença de quase 60 países – com representações,

no geral, a nível ministerial – de cerca de 1.500 representantes da sociedade civil. Com a participação ativa de diversos setores sociais, como sindicatos e populações indígenas, o objetivo da conferência era se apresentar como um ambiente multilateral que mantém ativo o diálogo internacional acerca da temática da transição energética e do abandono do uso de combustíveis fósseis. Representando uma complementaridade às Conferências das Partes (COP), o evento realizado em Santa Marta, além de representar um marco, se destacou por três principais avanços. O primeiro se relaciona à confirmação de uma próxima conferência com co-liderança de Tuvalu e Irlanda, reforçando a efetivação do encontro como um mecanismo multilateral paralelo à COP. Na sequência, foi criado o Primeiro Painel para a Transição Energética Global. Sob liderança dos professores Carlos Nobre, da Universidade de São Paulo, e Johan Rockstrom, da Universidade de Estocolmo, o grupo contará com cerca de cinquenta especialistas – com igualdade de gênero – e se reunirá entre 2 e 3 vezes ao ano, pelos próximos 5 anos. Além desses, a Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez, confirmou o estabelecimento de 3 grupos de trabalho, tratando da construção de Road maps nacionais e regionais para uma transição energética para longe dos combustíveis fósseis. O primeiro é apontado como complementar às Contribuições Nacionalmente Determinadas (Nationally Determined Contributions– NDC) e poderá contar com o apoio do Painel para a Transição Energética Global. O segundo, será focado na redução da dependência macroeconômica e no estabelecimento de meios de reformar o sistema financeiro internacional voltado para a transição energética. Já o terceiro, tem como objetivo construir uma rede comercial livre de combustíveis fósseis e poderá contar com o apoio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**Fontes:** [G1](#), 06/04/2026; [InfoMoney](#), 06/04/2026; [La Silla Vacía](#), 29/04/2026; [APNews](#), 30/04/2026.

## Equador avança proposta de plebiscito para alterar nomeações de órgãos de controle

Em 6 de abril de 2026, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) analisou o ofício enviado pelo presidente Daniel Noboa, que apresentou uma proposta de

emenda constitucional destinada a retirar do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS) a função de designar autoridades de controle público. O documento incluía as observações feitas previamente pela Corte Constitucional, que havia emitido um pronunciamento favorável em 19 de março de 2026. Apesar de questionamentos da conselheira Elena Nájera, que argumentou que não cabia ao CNE notificar a Corte Constitucional, a presidenta do CNE, Diana Atamaint, confirmou que o faria. Em 16 de abril de 2026, a Corte Constitucional do Equador emitiu um auto de verificação confirmando que o presidente Daniel Noboa corrigiu erros formais em sua proposta de consulta popular para retirar do CPCCS a função de designar autoridades e transferi-la à Assembleia Nacional. A Corte registrou o ajuste da referência ao artigo 207 da Constituição e observou que, embora o texto tenha sido enviado inicialmente ao CNE (e não diretamente ao tribunal), o trâmite foi aceito por economia processual. Em 21 de abril de 2026, a Corte confirmou o cumprimento dos requisitos do pronunciamento 9-25-RC/26A e autorizou Noboa a emitir o decreto de convocação do referendo. Se a mudança for aprovada, concursos em andamento no CPCCS serão invalidados — como o da escolha dos membros da Procuradoria Geral, do CNE e seu Tribunal de Contencioso Eleitoral, da Controladoria do Estado e das Defensorias Públicas — e o governo deverá encaminhar projetos de lei complementares para implementar a nova estrutura institucional. Em 24 de abril de 2026, Noboa ficou apto a emitir o decreto, e o CNE encaminhou os preparativos para incluir a pergunta nas eleições seccionais de 29 de novembro de 2026. Caso o “Sim” vença, as autoridades atualmente prorrogadas permanecerão nos cargos por cerca de 27 meses, até a aprovação e implementação das novas leis pela Assembleia Nacional.

**Fontes:** [Diario Expreso](#), 06/04/2026; [La Hora](#), 18/04/2026; [Diario Expreso](#), 21/04/2026; [Primicias](#), 21/04/2026; [La Prensa](#), 22/04/2026; [Primicias](#), 24/04/2026.

## Parcerias com os Estados Unidos e retomada de relações com Israel marcam mudanças na política externa da Bolívia

No mês de abril, vários fatos marcaram, uma vez mais, a nova política externa da Bolívia, sob o governo de Rodrigo Paz. No dia 27, a Bolívia e os EUA assinaram

um memorando de entendimento sobre minerais críticos em Washington. O texto foi assinado pelo Ministro de Mineração da Bolívia, Marco Antonio Calderón de la Barca, e pelo Vice-Secretário para assuntos econômicos, energéticos e empresariais dos EUA, Caleb Orr. De acordo com as notícias, o memorando serve para acelerar mecanismos de cooperação entre os dois países em minerais críticos, principalmente naqueles considerados fundamentais para a transição energética e o desenvolvimento tecnológico. No dia 29, a Bolívia recebeu as credenciais de Gali Dagan como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Estado de Israel para o Estado boliviano. As relações entre Israel e Bolívia estavam oficialmente rompidas desde outubro de 2023 – e, entre 2009 e 2019, os países também não tiveram relações diplomáticas. Finalmente, cabe destacar que a Bolívia – junto com a Costa Rica, a Guiana, o Paraguai e Trinidad e Tobago – assinou um comunicado conjunto com os EUA reafirmando o apoio à soberania do Panamá das preocupações com pressões estrangeiras frente ao sistema marítimo do país, com menções à China. Os signatários afirmam que estão em defesa da soberania regional e da cooperação hemisférica. O fortalecimento das relações com os EUA e com Israel e a oposição à presença chinesa na região marcam um distanciamento grande da política externa boliviana de seus governos anteriores.

**Fontes:** [La Razón](#), 27/04/2026; [La Razón](#), 29/04/2026; [US Department of State](#), 28/04/2026.

## Delcy Rodríguez completa três meses na presidência da Venezuela

Em 5 de abril, Delcy Rodríguez completou três meses na presidência da Venezuela. A mandatária assumiu o posto após a intervenção dos EUA, que culminou com a retirada de Nicolás Maduro do país, em 3 de janeiro. Pela legislação venezuelana, no final do prazo de 90 dias, a Assembleia Nacional deveria convocar novas eleições presidenciais ou prorrogar, por mais 90 dias, o mandato de Rodríguez. O parlamento, que é presidido pelo irmão de Delcy, Jorge Rodríguez, não adotou nenhuma medida. A líder da oposição, Maria Corina Machado, se manifestou, ressaltando a necessidade de novas eleições. Nicolás Maduro continua preso nos EUA, sob acusações de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e corrupção. Desde sua retirada do país, diversas mudanças foram feitas. O

governo dos EUA anunciou o restabelecimento de relações diplomáticas com a Venezuela no dia 5 de março, reabriu sua embaixada em Caracas no dia 30 de março, e o primeiro voo comercial entre os dois países foi realizado em 30 de abril, após 7 anos de inatividade. Além do reconhecimento do governo de Rodríguez, o governo estadunidense também levantou, no dia 1º de abril, as sanções impostas a ela. No âmbito doméstico venezuelano, destacam-se trocas em órgãos do Executivo, do Legislativo e na cúpula militar do país, com a demissão de aliados de Maduro como Vladimir Padrino, do Ministério da Defesa, em 18 de março. Além disso, houve a aprovação de uma nova legislação para atividades de mineração, em 9 de abril, abrindo o setor para investimentos estrangeiros. Por fim, nas relações da Venezuela com países da região, destaca-se a suspensão de envio de petróleo para Cuba, respondendo a pressões do governo Trump, bem como a visita de Gustavo Petro, presidente colombiano, ao país, no dia 24 de abril. Na ocasião, foi anunciado um acordo de cooperação para enfrentar grupos criminosos que atuam na fronteira dos dois países.

**Fontes:** [Folha de São Paulo](#), 05/03/2026; [BBC](#), 07/03/2026; [CNN](#), 30/03/2026; [El País](#), 01/04/2026; [CNN](#), 09/04/2026; [Valor Econômico](#), 10/04/2026; [Folha de São Paulo](#), 10/04/2026; [Folha de São Paulo](#), 18/04/2026; [O Globo](#), 24/04/2026; [AP New](#), 30/04/2026.

## Crise eleitoral assola o Peru em meio à disputa pelo segundo turno das eleições

No dia 18 de abril, a secretária-geral do Jurado Nacional de Eleições (JNE) do Peru, Yessica Clavijo, estimou que os resultados das eleições presidenciais de 2026 estariam disponíveis em meados de maio, prazo necessário para que se definissem os candidatos ao segundo turno, previsto para 7 de junho. O primeiro turno, que ocorreu dia 12 de abril, ainda não foi definido. A demora se deve à existência de mais de 15.000 atas pendentes de revisão pelos Jurados Eleitorais Especiais (JEE). O cronograma também previa o recomeço da contagem de atas a partir da terceira semana de abril, condicionado ao envio completo do material pela Oficina Nacional de Processos Eleitorais (ONPE). Ao mesmo tempo, confirmou-se que o segundo turno ocorreria na data

prevista de 7 de junho, mantendo-se o calendário eleitoral original apesar das irregularidades registradas durante o primeiro turno. Com o avanço do escrutínio oficial, o candidato da coalizão Juntos por el Perú, de esquerda, Roberto Sánchez, consolidou sua posição no segundo lugar da disputa presidencial, ampliando progressivamente a vantagem sobre Rafael López Aliaga (Renovación Popular), de extrema-direita. Ao atingir 97,415% das atas processadas pela ONPE, a diferença entre ambos superava 26.000 votos, configurando um cenário favorável a Sánchez para enfrentar Keiko Fujimori (Fuerza Popular), também de extrema-direita, no dia 7 de junho. Fujimori liderava com cerca de 17% dos votos válidos, enquanto Sánchez e López Aliaga disputavam o segundo lugar com aproximadamente 12% e 11,9%, respectivamente. A tendência favorável a Sánchez nas regiões do interior do país foi apontada como fator decisivo na definição desse resultado parcial. Em meio ao processo eleitoral, surgiram novos desdobramentos institucionais. Em 29 de abril, a Junta Nacional de Justiça (JNJ) lançou edital de concurso público para escolher o novo chefe da ONPE, após a renúncia de Piero Corvetto em 21 de abril, no contexto das investigações por irregularidades no processo eleitoral. De acordo com o cronograma aprovado, a posse do novo titular da ONPE estava prevista para 3 de julho, o que significa que o segundo turno será conduzido pelo diretor interino, Bernardo Pachas. O candidato Roberto Sánchez, por sua vez, anunciou que sua bancada parlamentar apresentaria denúncias constitucionais contra a JNJ e o JNE pelas ações tomadas durante o processo eleitoral, alegando que ambas instituições teriam agido fora da lei, especialmente em relação à aceitação da renúncia de Corvetto e ao manejo das atas. No campo legislativo, o Congresso vivenciou novas controvérsias. Em 28 de abril, a Subcomissão de Acusações Constitucionais do Congresso aprovou o arquivamento de duas denúncias constitucionais contra a ex-presidente Dina Boluarte, que a acusavam de infrações à Constituição e de delitos de corrupção durante seu mandato. A decisão foi aprovada por nove votos a favor e três contra, em sessão virtual criticada pela ausência de debate. Em paralelo, uma pesquisa do Instituto de Estudos Peruanos (IEP) publicada em 29 de abril indicou que 32% dos entrevistados acreditava que o novo Congresso bicameral seria igual ao atual, sem mudanças relevantes. Para 29%, o novo parlamento seria melhor, e para outros 29%, pior. O ceticismo era maior entre os jovens de 18 a 29 anos (42% acreditava que nada mudaria) e entre os estratos

econômicos mais elevados (42%), evidenciando a descrença dos peruanos na política. Por fim, no dia 29 de abril, a Fiscalía Supraprovincial Anticorrupção, órgão equivalente ao Ministério Público no Brasil, realizou diligências na sede central da ONPE para recolher informações sobre contratos firmados com fornecedores dos serviços eleitorais. A ação, conduzida com apoio da Direção contra a Corrupção da Polícia Nacional, fazia parte de investigação pelo suposto delito de colusão agravada envolvendo o ex-chefe Piero Corvetto e outros funcionários.

**Fontes:** [La República](#), 18/04/2026; [Infobae](#), 20/04/2026; [La República](#), 26/04/2026; [La República](#), 26/04/2026; [La República](#), 26/04/2026; [La República](#), 26/04/2026; [La República](#), 27/04/2026; [La República](#), 28/04/2026; [La República](#), 28/04/2026; [La República](#), 29/04/2026; [La República](#), 29/04/2026; [La República](#), 29/04/2026.

## **Embaixadora dos Estados Unidos na Guiana afirma que renegociar contratos com a ExxonMobil seria “má ideia”**

No dia 29 de março, a Embaixadora dos Estados Unidos na Guiana, Nicole Theriot, concedeu uma entrevista, transmitida online, que repercutiu ao longo do mês de abril. Na ocasião, a embaixadora elogiou o governo da Guiana, presidido por Irfaan Ali, afirmando que o país estaria fazendo uma boa gestão dos recursos provenientes das rendas do petróleo. A embaixadora também aproveitou para afirmar que as parcerias realizadas com empresas estadunidenses garantem “qualidade, sustentabilidade, altos padrões profissionais e qualidade internacional”. Além disso, quando perguntada sobre o atual contrato entre o governo da Guiana e a ExxonMobil, a embaixadora foi igualmente convicta ao afirmar que uma renegociação seria uma “má ideia”. Em suas palavras: “Como representante do governo dos EUA, posso afirmar que é extremamente perigoso começar a falar sobre renegociar um contrato que já foi acordado”. As declarações da embaixadora repercutiram criticamente no debate público guianês, visto que o modelo dos contratos, que reserva apenas 14,5% dos lucros à Guiana, é altamente contestado pela sociedade civil e pelos grupos que disputam espaço na política institucional. Irfaan Ali não se pronunciou acerca da questão.

**Fontes:** [Youtube - NEWS Source Guyana](#), 29/03/2026; [Kaieteur News](#), 02/04/2026; [Kaieteur News](#), 22/04/2026.

## Líderes sul-americanos comparecem ao Fórum de Defesa da Democracia, em Barcelona

Entre os dias 17 e 18 de abril, aconteceu, na cidade de Barcelona, na Espanha, a 4ª Reunião de Alto Nível do Fórum de Defesa da Democracia. O encontro dá continuidade a um processo iniciado na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2024, e aprofundado em uma reunião realizada em Santiago, no Chile, em 2025. O Fórum caracteriza-se como um espaço de articulação internacional voltado à proteção das instituições democráticas e à cooperação entre os países. Nesta edição de 2026, o encontro reuniu autoridades de diferentes regiões do mundo, entre elas os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Gustavo Petro (Colômbia), Yamandú Orsi (Uruguai), Pedro Sánchez (Espanha), Cláudia Sheinbaum (México), Cyril Rmaphosa (África do Sul) e o ex-presidente chileno, Gabriel Boric, entre outros. Convocado pelo primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, o encontro foi considerado uma resposta direta ao unilateralismo dos EUA durante o governo de Donald Trump, mesmo sem mencioná-lo diretamente, e às ameaças à ordem do sistema internacional. Na declaração conjunta, os líderes defenderam o multilateralismo e fizeram críticas diretas às Nações Unidas, pedindo a reforma do Conselho de Segurança. O texto cita que a democracia é um “processo contínuo, dependente da legitimidade e eficácia de suas instituições” e que vem enfrentando desafios crescentes, relacionados à desigualdade, à desinformação e às dificuldades da governança global. Além disso, os mandatários comprometeram-se com a reforma da ONU, com o objetivo de torná-la mais representativa, democrática e eficaz. Ainda sobre a ONU, os países defenderam que a organização internacional seja dirigida por uma mulher, destacando a necessidade da igualdade de gênero dentro do processo democrático e da política internacional. Durante seu discurso, o presidente Lula afirmou que “nenhum presidente de nenhum país do mundo, por maior que seja, tem o direito de ficar impondo regras a outros países”, e acrescentando que “a ONU não deve ficar silenciosa e ver o que está acontecendo no mundo”. A declaração também cobrou um posicionamento mais efetivo dos países diante da inoperância da organização, mencionando que “a ONU é um instrumento muito valioso se ela

funcionar”. Outro ponto abordado no documento foi sobre o combate à desinformação, à manipulação informativa e ao uso inadequado das tecnologias digitais. Como resultado, foi anunciada a criação de uma Mesa Redonda sobre Democracia Digital. No eixo social, a declaração reconhece que a desigualdade e a exclusão favorecem o avanço do extremismo e da polarização. Para enfrentar esse cenário, os países comprometeram-se com a criação de políticas públicas inclusivas, a promoção da justiça social, da igualdade de gênero e do combate à discriminação, além do incentivo à maior participação de jovens na política. Outros temas abordados foram as mudanças climáticas, o combate à pobreza e a fome e ao crime organizado. A situação de Cuba também foi discutida pelos líderes. Brasil, México e Espanha adotaram uma postura de forte crítica aos embargos econômicos impostos ao país e prometeram ampliar a ajuda humanitária à ilha. Além disso, os países defenderam o respeito à integridade territorial e à soberania cubana, frisando que é “o próprio povo cubano quem deve decidir o seu futuro em plena liberdade”. O próximo encontro dos países acontecerá em Nova Iorque, durante a abertura da Assembleia Geral da ONU.

**Fontes:** [InfoMoney](#), 17/04/2026; [Poder 360](#), 18/04/2026; [Poder 360](#), 18/04/2026; [Brasil 247](#), 18/04/2026; [Swissinfo](#), 20/04/2026.

## Candidaturas sul-americanas ganham destaque na disputa pela Secretaria-Geral da ONU

Nos dias 21 e 22 de abril, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou sessões públicas para que os candidatos ao cargo de chefia da Secretaria-Geral da organização apresentassem suas principais visões e respondessem a perguntas de Estados-membros e da sociedade civil. Quatro candidatos se apresentaram para suceder António Guterres na Secretaria-Geral da ONU: Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile em dois mandatos; Rafael Grossi, diplomata de carreira argentino; Rebeca Grynspan, diplomata costa-riquenha; e Macky Sall, ex-presidente do Senegal e ex-presidente da União Africana. As duas candidaturas sul-americanas ganharam destaque por terem sido lançadas por governos posicionados em espectros ideológicos distintos. A candidatura de Michelle Bachelet foi anunciada formalmente em 22 de setembro de 2025, na Assembleia Geral das Nações Unidas, durante o discurso do então presidente

chileno Gabriel Boric, alinhado à esquerda. Além de ter presidido o Chile em dois mandatos e possuir uma longa trajetória no Partido Socialista do Chile, entre 2018 e 2022, atuou como Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, período marcado pelos impactos globais da pandemia de COVID-19 e pelo aumento das vulnerabilidades sociais em diferentes regiões do mundo. Dois meses depois, em 26 de novembro de 2025, o governo argentino, liderado pelo ultradireitista Javier Milei, anunciou a candidatura do diplomata Rafael Grossi ao cargo. Grossi ingressou na diplomacia argentina em 1985 e, desde então, tornou-se reconhecido internacionalmente por sua atuação em temas relacionados à não proliferação nuclear e aos usos pacíficos da ciência e tecnologia nuclear. Entre 1997 e 2000, atuou como presidente do Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas sobre o Registro Internacional de Armas. Desde dezembro de 2019, exerce o cargo de diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), posição na qual ganhou projeção internacional por suas intervenções em crises relacionadas à segurança nuclear. Em março de 2026, no primeiro mês do mandato presidencial do ultradireitista chileno José Antonio Kast, o Chile retirou seu apoio à candidatura de Michelle Bachelet. Sem o respaldo de seu país de origem, mas apoiada pelo Brasil e pelo México, Bachelet participou do diálogo interativo da ONU no dia 21 de abril de 2026, quando defendeu o multilateralismo como principal instrumento para enfrentar os desafios globais contemporâneos e destacou as guerras, as mudanças climáticas e a desigualdade de gênero como alguns dos principais desafios comuns aos países da ONU. Ainda no dia 21 de abril, Rafael Grossi também participou do diálogo interativo da ONU, dando ênfase à necessidade de fortalecer mecanismos de prevenção de conflitos.

**Fontes:** [United Nations](#), 22/09/2025; [La Nacion](#), 26/11/2025; [G1](#), 24/03/2026; [La Nacion](#), 15/04/2026; [WebTV UN](#), 21/04/2026; [WebTV UN](#), 21/04/2026.

